

**HABEAS CORPUS Nº 530.240 - PR (2019/0258429-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : EDSON HATSBACH  
**ADVOGADO** : EDSON HATSBACH - PR024693  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : SILVIO FRANCISCO PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de SILVIO FRANCISCO PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que denegou a ordem visada no *Writ* n. 17222-96.2019.8.16.0000 para manter a segregação cautelar do paciente, decretada nos autos da ação penal em que foi pronunciado pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal devido ao excesso de prazo nos trâmites processuais, uma vez que estaria preso "*por um período já de cerca de UM ANO E TRÊS MESES, e sem a previsão da realização do julgamento do acusado e que, muito provavelmente, quando da prolação da sentença já terá cumprido ao menos este tempo de pena*" (e-STJ fl. 6).

Alega, ademais, que o constrangimento ilegal também deriva da ausência de fundamentação idônea para justificar a ordenação e a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Aduz que "*a argumentação tanto do Magistrado quanto do Ministério Público é genérica e se atém, quando se trata da vida pregressa do acusado, a fatos já devidamente julgados e de natureza diversa daquela que presentemente se julga*" (e-STJ fl. 14).

Pondera, ainda, que "*a manutenção do paciente encarcerado uma vez que não existem nos autos quaisquer indícios, por mais singelos, por mais remotos que sejam de que o paciente em liberdade irá frustrar a marcha processual ou, ainda eventualmente, se furtar ao cumprimento de eventual sentença condenatória, e isto pelos motivos já explicitados*" (e-STJ fl. 18).

Requer, por isso, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às e-STJ fls. 113-118 e 184-186.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

**É o relatório.**

De se destacar inicialmente que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao

recurso ordinário cabível, entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a presente impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada qualquer das hipóteses elencadas no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

**Dos elementos colacionados nos autos**, infere-se que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em **9/12/2016** e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 121em . Encerrada a primeira fase atinente ao procedimento do tribunal do júri, foi pronunciado, em **10/04/2019**, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque, por motivo fútil e mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima, teria tentado ceifar-lhe a vida.

Quanto aos fatos, narra a decisão de pronúncia:

*"No dia 08 de dezembro de 2016, por volta das 03h00min, na residência situada na Avenida João Pepino, nº 227, Jardim Josefina, neste Município e Comarca de Ubiratã/PR, o denunciado **SILVIO FRANCISCO PEREIRA**, dolosamente, com consciência da ilicitude e censurabilidade de sua conduta, **tentou matar a vítima Rafael Kenauth, mediante golpes aplicados com uma 'chave de roda', na região do crânio, não consumando seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade, vez que a vítima foi socorrida e levada ao hospital, onde recebeu atendimento médico. Segundo o apurado, a vítima Rafael estava dormindo na residência acima referida, ocasião em que o denunciado SILVIO FRANCISCO PEREIRA, adentrou a casa e chutou a porta do quarto, indo para cima da vítima, e começou a golpeá-la, com uma 'chave de roda', na região do crânio, causando as lesões corporais descritas no laudo de lesões corporais anexo aos autos.***

*O intento homicida do denunciado SILVIO FRANCISCO PEREIRA somente não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, uma vez que apesar de atingido, o ofendido sobreviveu.*

**O denunciado cometeu o crime mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, pegando-a de surpresa, pois de inopino, enquanto Rafael dormia, passou a desferir golpes com a 'chave de roda' na vítima, que**

**estava desarmada, em momento que não esperava ser atacada.**

*Consta que o denunciado agiu por motivo fútil, pois tentou matar a vítima em razão de saber que sua irmã poderia estar grávida de Rafael" (e-STJ fls. 49-50, grifou-se).*

Verifica-se que o Juiz processante decretou a prisão preventiva para a garantia da ordem pública, dada a gravidade em concreto da conduta em tese perpetrada pelo ora paciente, diante do "modus operandi empregado pelo acusado" (e-STJ fl. 26).

Na oportunidade, o Togado singular destacou que, "*estando presentes os requisitos que justificam a segregação cautelar, entendo não ser cabível ao caso a substituição da prisão pelas outras medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, por não se mostrarem suficientes para evitar a prática de novos crimes por parte do indiciado*" (e-STJ fl. 27).

A prisão preventiva foi mantida na decisão de pronúncia pelos mesmos fundamentos das decisões primevas que decretaram e mantiveram a medida extrema, acrescentando, ainda, o Magistrado que "*trata-se de acusado com múltipla reincidência (por roubo majorado - autos nº 170-79.2007.8.16.0074, porte de arma de fogo de uso restrito - autos nº 00004-10.2008.8.16.0172, e roubo majorado - autos nº 71-38.2009.8.16.0172), denotando uma alta probabilidade de reiteração delitiva*" (e-STJ fl. 58, grifou-se).

Inconformada, a defesa ingressou com remédio constitucional perante o Tribunal estadual, que denegou a ordem, consignando inicialmente, quanto ao alegado excesso de prazo que "*a demora para a formação da culpa se deu único e exclusivamente por culpa do próprio paciente, que após a prática do delito buscou se isentar da responsabilidade penal evadindo-se do distrito de culpa, não havendo, portanto, que se falar em constrangimento ilegal decorrente de suposto excesso de prazo. Ademais, aplica-se no caso em tela as Súmulas 21 e 64 do Superior Tribunal de Justiça*" (e-STJ fls. 44-45).

No que tange à fundamentação da prisão preventiva, asseverou a Corte a quo no acórdão objurgado que "*permanecem hígidos os motivos que demonstraram a imprescindibilidade da medida cautelar aqui debatida*" (e-STJ fl. 48).

**Delineado o contexto fático processual**, verifica-se que segregação cautelar do paciente encontra-se devidamente embasada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública, abalada diante do *modus operandi* empregado na conduta delitiva.

De fato, no caso, as circunstâncias em que se deu o crime – em que o acusado, por saber que a irmã poderia estar grávida da vítima, invadiu a residência do ofendido e, aproveitando-se do fato de estar ele dormindo, passou a golpeá-lo na cabeça com uma "chave de roda", não se consumando o intento homicida por motivos alheios a sua vontade – evidenciam a reprovabilidade acentuada da conduta imputada ao agente, bem como a sua efetiva personalidade violenta e periculosidade social, demonstrando a necessidade da prisão para se acautelar a ordem pública, pois evidente a maior censura à prática que lhe é imputada.

Nesse sentido, a jurisprudência pacífica deste Tribunal:

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. **HOMICÍDIO TENTADO. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO PARA AGRESSÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL NA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.***

*I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*II - Incabível o pleito de desclassificação do crime de tentativa de homicídio para o de agressão, porquanto esbarra no impreterível revolvimento de material fático-probatório dos autos, o que, na linha da jurisprudência desta Corte, mostra-se incabível na presente via.*

*III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerado o Modus operandi da conduta, em tese, praticada, consubstanciada em uma briga de trânsito na qual o recorrente perseguiu a vítima até sua casa a agredindo até a mesma ficar inconsciente, tendo sido constatado o traumatismo craniano. Ressalta-se ainda que agrediu duas outras vítimas (filha e genro da 1ª Vítima) e danificou o carro e celulares das mesmas.*

*IV - No que tange à alegação de excesso de prazo, O prazo para a conclusão e julgamento do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos processuais para a aferição do eventual excesso (precedentes).*

*V - Na hipótese, em consulta ao sítio do Tribunal de origem, (www.tjmg.jus.br), constata-se regularidade no trâmite processual.*

*VI - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

*Recurso ordinário desprovido.*

(RHC 94.522/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 27/03/2018, grifou-se.)

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. IMPROPRIEDADE DA VIA. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE RESGUARDAR A INTEGRIDADE DA VÍTIMA, QUE TEME POR SUA SEGURANÇA. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*1. A tese de insuficiência dos indícios de autoria consiste em alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.*

*2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF) que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.*

*3. No caso, as circunstâncias descritas nos autos indicam a necessidade da prisão como forma de garantia da ordem pública e de assegurar a integridade da vítima, uma vez que o modus operandi adotado indica elevada periculosidade - o recorrente e corréu, em razão da perda de amizade com a vítima, dirigiram-se até o local onde ela estava, permanecendo o recorrente na direção enquanto o corréu efetuou uma série de disparos, sendo que dois atingiram-na nas costas e mais um de raspão. O delito somente não se consumou porque ela conseguiu se abrigar na residência de um vizinho. Relata a vítima, ademais, "temer pela sua segurança".*

*4. Com efeito, "se a conduta do agente - seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime - revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).*

*5. De outro vértice, "Não prospera a assertiva de que a custódia cautelar é desproporcional à futura pena do paciente, pois só a conclusão da instrução criminal será capaz de revelar qual será*

*a pena adequada e o regime ideal para o seu cumprimento, sendo inviável essa discussão nesta ação de Habeas Corpus" (HC n.*

*187.669/BA, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, julgado em 24/5/2011, DJe 27/6/2011).*

*6. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.*

*7. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública.*

*8. Recurso parcialmente conhecido e desprovido.*

*(RHC 117.370/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019, grifou-se.)*

Noutro giro, quanto ao alegado excesso de prazo nos trâmites processuais, consigna-se que, conforme tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o seu excesso tão somente pela soma aritmética.

Desse modo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação, sempre de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Poder Judiciário, circunstância que não se verifica na presente hipótese.

E, na espécie, ao analisar os trâmites processuais, assim consignou o Tribunal *a quo* no acórdão objurgado, *in verbis*:

*"[...]De acordo com as informações prestadas pelo Exmo. Juízo singular, após a citação do réu, realizada somente 28/08/2018, em razão de o réu ter se evadido do distrito de culpa após os fatos, a resposta à acusação foi apresentada em 19/10/2018. Então, foi designada audiência de instrução (mov. 120 – Autos da Ação Penal). Ouvidas as testemunhas em 13/02/2019 (mov. 188) e interrogado o réu em data de 27/02/2019, as partes apresentaram alegações finais e o paciente foi pronunciado em decisão do Juízo a quo, publicada na data de 10/04/2019. Por não concordar com a decisão a defesa interpôs Recurso em Sentido Estrito que, após razões e contrarrazões, foi remetido à instância recursal para julgamento. Pois bem, no intervalo de tempo analisado não se verificou nenhuma demora injustificada do Judiciário apta a configurar o suposto constrangimento ilegal, posto que o feito transcorreu de forma célere e*

*atualmente aguarda julgamento de recurso interposto pela defesa. Ao contrário do que alega o impetrante, a única demora verificada no feito deu-se em razão da dificuldade de citação do réu Silvio Francisco Pereira, que se evadiu do distrito de culpa após os fatos, ocorridos em 08/12/2016, e que foi citado apenas em 28/08/2018, em razão do cumprimento do mandado de prisão expedido em seu desfavor, cumprido em 03/07/2018, apresentando resposta à acusação somente em 19/10/2018. A partir deste ponto o feito transcorreu normalmente, sem qualquer demora injustificada apta a configurar o alegado constrangimento" (e-STJ fls. 44-45, grifou-se).*

Diante de tais circunstâncias, ainda que se possa vislumbrar certa delonga na conclusão da instrução, forçoso reconhecer que não há notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia por parte das autoridades judiciárias, **mesmo porque o réu permaneceu por um período fora do distrito da culpa.**

Não cabe, portanto, por ora e neste momento processual, falar em constrangimento ilegal advindo de excesso de prazo para a formação da culpa, vez que o eventual alongamento justifica-se com base nas especificidades do processo, mostrando-se inviável a soltura do paciente por esse fundamento, especialmente em se considerando que é acusado de crime grave, cujas penas mínimas em abstrato são elevadas.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

*I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes da execução (provisória ou definitiva) da pena. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada sua periculosidade concreta evidenciada na forma pela qual o delito foi em tese praticado,*

# Superior Tribunal de Justiça

*mediante grave ameaça por emprego de arma de fogo, envolvendo menores e em concurso de agentes.*

**III - Os prazo processuais não têm as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes).**

*IV - In casu, verifica-se que o trâmite processual não evidencia demasiada demora. Ademais, em consulta ao sítio eletrônico do eg.*

*Tribunal de origem (www.tjrj.jus.br) constata-se que já foi realizada a audiência de instrução.*

*Recurso ordinário desprovido.*

(RHC 70.188/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 01/08/2016, grifou-se.)

Outrossim, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Considerando-se a imprescindibilidade da custódia, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas e suficientes para reprimir a atividade ilícita desenvolvida.

Assim, a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública, não havendo coação ilegal a ser sanada, ainda que de ofício, por esta Corte Superior de Justiça.

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece** do *habeas corpus* substitutivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator